

PROGRAMAS TRAINEES CORPORATIVOS E O GOVERNO DAS ALMAS

JAIRO ANTÔNIO DA CRUZ
KARLA SARAIVA

RESUMO

O artigo busca problematizar as transformações do trabalho na passagem da Modernidade para a Contemporaneidade, e alguns de seus efeitos nos domínios educacionais. Para tanto, mostramos o deslocamento de ênfase de um trabalho fabril para um trabalho que vem sendo chamado imaterial, que já não prioriza um sistema baseado na obediência a regulamentos e na vigilância do corpo. Sua organização lança mão de formas muito mais sutis de poder, apoiando-se em formas mais sofisticadas e complexas de atuar sobre os sujeitos. Esse quadro teórico serve de suporte para a análise de três programas trainees corporativos, que buscam capturar “grandes talentos” egressos de cursos superiores e torná-los fiéis colaboradores das organizações empresariais, fazendo com que desejem e passem a agir como autoempresários prestadores de serviços.

TRAINEES CORPORATE PROGRAMS AND THE GOVERNMENT OF SOULS

JAIRO ANTÔNIO DA CRUZ
KARLA SARAIVA

ABSTRACT

The article attempts to discuss changes in work in the passage from Modernity to Contemporary and some of its effects in education. For this, we show the displacement in emphasis from a factory work, guided by a disciplinary organization, to a work that is being called immaterial. This is no longer a priority a system based on obedience to rules and surveillance of the body. Its organization makes use of more subtle forms of power, relying on more sophisticated and complex ways of acting on the subject. This theoretical framework supports the analysis of three trainees corporate programs, whose purpose is capturing “great talents” graduates from colleges and making them loyal employees of business organizations, making they wish and start to act as self-entrepreneurs service providers.

TEMOS OBSERVADO, desde os meados do século XX, uma grande transformação nos modos de vida e na economia política do capitalismo, bem como uma correlata mutação, tanto no mundo do trabalho quanto no âmbito das políticas educacionais vigentes. Assistimos à passagem de uma sociedade em que os dispositivos disciplinares eram preponderantes, constituindo a sociedade como uma sociedade-fábrica, de governamentalidade liberal, para uma sociedade-empresa, inserida numa governamentalidade neoliberal em que entram em operação dispositivos de controle mais amplos e flexíveis (DELEUZE, 1992). Nesta nova sociedade, a lógica empresarial se generaliza pelo meio social, tornando a concorrência o princípio de inteligibilidade tanto das relações mercantis quanto das não mercantis, fazendo com que os princípios da economia recubram a vida em sua integralidade.

Nosso objetivo neste trabalho é analisar programas *trainees* corporativos¹ a partir do quadro teórico que delineamos brevemente e que desenvolveremos com mais profundidade. Tomamos esses programas como elementos constituídos dentro das redes de poder, características das sociedades de controle, que conferem particular importância à educação na constituição dos sujeitos empresários de si que hoje vêm tomando o lugar dos trabalhadores disciplinados da Modernidade. O artigo pretende mostrar que os programas *trainees* corporativos se apresentam como estratégias para a captura de uma multiplicidade de “grandes talentos”, capitalizando diversos tipos de trabalho e subjetividades. Apelando aos talentos virtuais dos universitários, esses programas visam a constituir subjetividades empreendedoras, ou seja, indivíduos que respondam pela

¹ Programas que selecionam estudantes universitários ou jovens recém-formados, incorporados à empresa para fins de treinamento e possível aproveitamento posterior.

rentabilidade de seu trabalho, ou, dito de outra forma, que ajam como autoempresários “prestadores de serviços”.

Foram analisados três programas *trainees*: Programa Trainee AmBev, Programa Trainee Unilever e Programa Trainee Whirpool; empresas transnacionais dos segmentos de alimentação, higiene e cuidados pessoais, e eletrodomésticos. Os materiais analisados estavam disponíveis nos *sites* dessas empresas². Sem pretender questionar a legitimidade da utilização desses programas como ferramentas de gestão empresarial, o artigo problematiza-os e procura mostrar que eles, articulados com o campo educacional, apresentam-se como mecanismos constituintes da governamentalidade vigente, operando como dispositivos de objetivação e controle dos indivíduos, que passam a contribuir para a manutenção e crescimento das empresas e, em última análise, da própria racionalidade neoliberal. Esses programas desempenham um papel importante na subjetivação e na constituição dos próprios sujeitos, que acabam assimilando e incorporando as novas lógicas educativo-empresariais e exercendo um autogoverno capaz de fazer que controlem a si mesmos. Para que essa captura seja possível, parece-nos que se torna necessária a operação de dispositivos de controle.

GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL

Os cursos *Segurança, território, população e Nascimento da biopolítica*, ministrados por Foucault, no Collège de France, nos anos de 1978 e 1979, respectivamente, oferecem aos seus leitores uma análise bastante singular da razão política moderna. Partindo do conceito de governamentalidade, que o filósofo apresenta na aula de 1º de fevereiro de 1978 (FOUCAULT, 2008a), é possível um entendimento inovador dos acontecimentos políticos, em especial da emergência do liberalismo no século XVIII e das suas transformações na passagem para o neoliberalismo no século XX. Na perspectiva foucaultiana, o liberalismo e o neoliberalismo não devem ser tomados nem como uma teoria econômica, nem como uma ideologia política, mas como práticas para governar os sujeitos. Ou seja, liberalismo e neoliberalismo seriam formas de governamentalidades, entendendo-se por governamentalidade uma racionalidade para o encaminhamento das condutas tanto das populações, como um todo, quanto dos indivíduos, no seu detalhe. Essa racionalidade não se encontra alojada numa suposta instância estatal, embora também aí esteja, mas sim capilarizada na sociedade, produzindo modos de ser, de estar e de compreender o mundo. A potência dessa capilarização está, justamente, na invisibilidade que confere à racionalidade, permitindo que penetre nos cantos mais recônditos da vida individual e social.

De acordo com Foucault (2008b), o liberalismo surgido no século XVIII e o neoliberalismo que aparece no século XX constituem formas de racionalidade da arte de governar que, apesar de algumas continuidades, apresentam marcantes descontinuidades. Baseados em diferentes princí-

2
<<http://www.traineeambev.com.br>>; <http://www.unilever.com.br/careers/programa_de_trainees_>; <<http://eutenhoacara.com.br>>

pios de inteligibilidade, liberalismo e neoliberalismo têm entendimentos variados sobre a liberdade de mercado, o papel do Estado e o que e como governar.

O liberalismo tinha como princípio de inteligibilidade as trocas. O mercado – cuja liberdade era tomada como uma condição natural, ou seja, como uma mecânica intrínseca dos processos econômicos, que deveria ser conhecida e respeitada – era o lugar de verificação da verdade, impondo limites às ações governamentais. O liberalismo coloca como problema central um Estado caracterizado pela frugalidade de seu governo, cuja competência seria definida pela utilidade de seus atos, atestada pelo respeito à natureza do mercado.

Se as trocas são o que fundamenta o regime de verdade liberal, isso indica a necessidade de se dispor de mercadorias para realizá-las. A emergência do capitalismo industrial permite incrementar a produção tanto quantitativa, quanto qualitativamente, promovendo a expansão do mercado. O capitalismo industrial se caracteriza por uma ênfase no trabalho fabril. Essa ênfase não significa que todo o trabalho da época estivesse concentrado na indústria, nem mesmo que a maior parte dos trabalhadores estivesse empregada nesse setor. De acordo com Hardt e Negri (2005), a ênfase no trabalho industrial significa que ele tornou-se o modelo de trabalho da época, fazendo com que os outros setores passassem por transformações na sua organização, que os aproximassem da organização industrial. Significa, ainda, que o trabalho industrial orientava o tipo de subjetividade desejável na sociedade do liberalismo e do capitalismo industrial.

Assim, podemos perceber que liberalismo e capitalismo industrial constituem fenômenos distintos, mas que se apoiam mutuamente. A produção de bens pelo capitalismo industrial fortalece o sistema de comércio que sustenta o livre mercado do liberalismo. Ao mesmo tempo, são essas trocas que dão condições para a expansão da produção. Nesse jogo, denota-se um terceiro elemento: a produção de sujeitos capazes de se adaptarem à rotina do trabalho fabril, de trabalhadores capazes de movimentarem a fábrica. De acordo com o livro *Vigiar e punir* – possivelmente a obra mais conhecida de Foucault (2000) –, a fábrica moderna seria uma das tantas instituições de sequestro que funcionavam disciplinando os corpos, juntamente com a escola, o hospital, o quartel. Essas instituições eram parte daquilo que Foucault chamou de sociedade disciplinar, em que poder disciplinar e biopoder se associam para tornar os corpos dóceis e para gerir a população. Desse modo, parece-nos que seja possível pensar na articulação de uma governamentalidade, com uma estrutura econômica e com tecnologias de sujeição e subjetivação: liberalismo-capitalismo industrial-sociedade disciplinar.

No século XX, uma série de acontecimentos provoca uma crise no liberalismo, dentre os quais se destacam: a crise econômica deflagrada em 1929, a ascensão do nazifascismo e a 2ª Guerra, as experiências comunistas, o *New Deal* e as políticas keynesianas que sustentam os Estados de bem-estar. A crise faz surgir estudos e teorias propondo transformações

no liberalismo, dando origem ao que se tem chamado de neoliberalismo. É possível identificar duas grandes correntes: o ordoliberalismo alemão e o liberalismo da Escola de Chicago, chamado por Foucault de anarcoliberalismo. Não sendo o objetivo deste artigo desenvolver uma discussão mais aprofundada das duas vertentes, vamos nos limitar a observar que o anarcoliberalismo norte-americano é bem mais radical do que o ordoliberalismo alemão. Essas teorias começaram a ser desenvolvidas entre as décadas de 1940 e 1950, mas apenas na década de 1970 passaram a ser utilizadas como forma de governamentalidade contemporânea.

O primeiro grande deslocamento que ocorre na passagem do liberalismo para o neoliberalismo, de acordo com Foucault, seria o princípio de inteligibilidade que se desloca das trocas para a concorrência. Isso significa que existe uma transformação nas análises e nos entendimentos, que redirecionam seu foco privilegiado dos intercâmbios para a competição³.

A sociedade regulada com base no mercado em que pensam os neoliberais é uma sociedade na qual o que deve constituir o princípio regulador não é tanto a troca das mercadorias quanto os mecanismos da concorrência. São esses mecanismos que devem ter o máximo de superfície e de espessura possível, que também devem ocupar o maior volume possível na sociedade. Vale dizer que o que se procura obter não é uma sociedade submetida ao efeito-mercadoria, é uma sociedade submetida à dinâmica concorrencial. Não uma sociedade de supermercado - uma sociedade empresarial. O *Homo oeconomicus* que se quer reconstruir não é o homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção. (FOUCAULT, 2008b, p. 201)

Desse modo, desde o final do século XX estamos observando a passagem da racionalidade “liberal”, fundamentada em uma liberdade de mercado entendida como natural e que se reflete no livre comércio, para uma racionalidade “neoliberal”, que visa a uma liberdade pensada, produzida e exercitada, que se mostra sob a forma de “competição”. Ou seja, o neoliberalismo busca maximizar a competição, produzindo liberdade para que “todos” queiram e possam participar do jogo econômico. A concorrência não está restrita às empresas, mas deve se estender aos indivíduos:

A pessoa deve, para si mesma, tornar-se uma empresa; ela deve se tornar, como força de trabalho, um capital fixo que exige ser continuamente reproduzido, modernizado, alargado, valorizado. Nenhum constrangimento lhe deve ser imposto do exterior, ela deve ser sua própria produtora, sua própria empregadora e sua própria vendedora, obrigando-se a impor a si mesma constrangimentos necessários para assegurar a viabilidade e a competitividade da empresa que ela é. (GORZ, 2005, p. 23)

3

A mudança de princípio de inteligibilidade não significa que as trocas já não importem, mas apenas que já não são o elemento mais relevante nas análises e cálculos da governamentalidade neoliberal.

Assim, o entendimento de *Homo œconomicus* se transforma do liberalismo para o neoliberalismo, deixando de ser o homem da troca para se tornar o homem da concorrência, o “empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital” (FOUCAULT, 2008b, p. 311). Porém, o que muda não é somente o papel do *Homo œconomicus*, como também sua extensão. Para os liberais, esse conceito tinha sua aplicação restrita aos aspectos econômicos da vida do indivíduo. No neoliberalismo, fenômenos que aparentemente não se referem a processos econômicos passam a ser interpretados a partir de teorias econômicas. As análises mercadológicas se estendem a relações não mercantis. O mercado passa a recobrir virtualmente toda a vida humana. Em suma, o indivíduo deve fazer de sua própria vida e, portanto, da sua própria carreira, uma empresa que deve ser conduzida segundo as regras capitalistas. Assim, “vida” e “carreira” se tornam cada vez menos distinguíveis:

Na briga com a concorrência, eles serão forçados a internalizar a pressão trazida pela lógica da obtenção do máximo de proveito possível. No lugar daquele que depende do salário, deve estar o empresário da força de trabalho, que providencia sua própria formação, aperfeiçoamento, plano de saúde, etc. “A pessoa é uma empresa”. No lugar da exploração entram a autoexploração e a autocomercialização do “Eu S/A”, que rendem lucros às grandes empresas, que são os clientes do autoempresário. (GORZ, 2005, p. 10)

Além do papel do *Homo œconomicus* e da extensão do conceito, a racionalidade neoliberal entende que o *Homo œconomicus*, assim como a liberdade de mercado, não seria algo natural, como preconizavam os liberais, mas algo a ser produzido.

Portanto, podemos perceber que se opera uma série de deslizamentos entre a governamentalidade liberal e neoliberal. Devemos salientar, entretanto, que não se podem entender esses deslizamentos em uma lógica de substituição, mas de mudanças de ênfases. Ou seja, aquilo que é hoje destacado na governamentalidade neoliberal estaria já de algum modo presente no liberalismo, porém sem o destaque que hoje recebe. Por outro lado, os elementos que davam sustentação ao pensamento liberal não desaparecem na atualidade, mas não têm a mesma relevância de antes.

Essa transformação do princípio de inteligibilidade da governamentalidade prevaiente está imbricada com a transformação da organização do sistema econômico, fazendo com que a economia do conhecimento assuma um papel fundamental na reestruturação capitalista. O capitalismo industrial tem cedido lugar para aquilo que alguns autores vêm chamando de capitalismo cognitivo (CORSANI, 2003). Essa outra forma de economia já não está organizada a partir da (re)produção em massa dos produtos, mas a partir da produção de bens imateriais, de ideias, de afetos. A inovação, que era exceção no capitalismo industrial, passa a ser a regra do capitalismo cognitivo. A ênfase que o capitalismo industrial colocava na fábrica desloca-se para a empresa (LAZZARATO, 2006).

Contudo, o que é cada vez mais valorizado nesta nova economia não é o conhecimento formalizado que pode ser aprendido nas escolas tradicionais, principalmente as técnicas. Muito pelo contrário, crescem em importância justamente aquelas formas de saber que não são formalizáveis ou substituíveis: “o saber da experiência, o discernimento, a capacidade de coordenação, de auto-organização e de comunicação” (GORZ, 2005, p. 9), fatores esses que as empresas entendem como o seu “capital humano”:

O capitalismo pós-fordista faz sua a velha fórmula de Stalin: “o capital mais precioso é o homem”. “O homem”, subsumido no processo de produção como “recurso humano”, como “capital humano”, como capital fixo humano. Suas capacidades especificamente humanas são integradas em um mesmo sistema junto com o intelecto inanimado das máquinas. Torna-se *cyborg*, meio de produção em sua totalidade, até em seu ser-sujeito, isto é, capital, mercadoria e trabalho a um só tempo. (GORZ, 2004, p. 14)

Dessa forma, a noção de capital humano refere-se a “um conjunto de habilidades, capacidades, destrezas e talentos que, em função do avanço do capitalismo, deve se tornar valor de troca” (LÓPEZ-RUIZ, 2004, p. 189). Nessas condições, “os fatores que determinam a criação de valor são o ‘componente comportamental’ e a motivação, e não o tempo de trabalho dispendido” (GORZ, 2005, p. 9-10). Porém, para que possam ser utilizados como capital, e manipulados como mercadoria, esses atributos humanos – ou esses saberes humanos –, precisam, de certa forma, “ser abstraídos das pessoas concretas que os detêm, das pessoas concretas nas quais existem, e precisam se articular (‘alinhar’) em função de um fim externo a elas” (LÓPEZ-RUIZ, 2004, p. 189). Esse se constitui, talvez, no maior desafio das empresas, pois os saberes humanos, em princípio, não aceitam ser manipulados como mercadorias:

O saber é, antes de tudo, uma capacidade prática, uma competência que não implica necessariamente conhecimentos formalizáveis, codificáveis. A maior parte dos saberes corporais escapa à possibilidade de uma formalização. Eles não são ensinados; aprendem-se-nos pela prática, pelo costume, ou seja, quando alguém se exercita fazendo aquilo que se trata de aprender a fazer. Sua transmissão consiste em apelar à capacidade do sujeito se produzir a si próprio. Isso vale tanto para os esportes quanto para as habilidades manuais e as artes. O saber é aprendido quando a pessoa o assimilou ao ponto de esquecer que teve de aprendê-lo. (GORZ, 2005, p. 32)

Não podendo ser manipulado como mercadoria, fica difícil estabelecer uma relação de equivalência entre um saber e algum tipo de conteúdo que possa ser valorizado como capital, pois

...os custos de sua produção muitas vezes não podem ser determinados, e seu valor mercantil não pode ser auferido de acordo com o tempo de trabalho necessário que foi gasto em sua criação. Ninguém é capaz de dizer com precisão onde, no contexto social, o inventivo trabalho do saber começa, e onde termina. Ele pode estar numa atividade de lazer, num hobby, num serviço extra. Aliás, não existe uma relação de equivalência entre formas de saber e conteúdos: eles não são intercambiáveis. Todo saber pode valer por um valor particular único e incomparável. (GORZ, 2005, p. 10-11)

E, na medida em que não consegue capitalizar os saberes de forma que eles sejam abstraídos das pessoas que os detêm – pois não se consegue traduzir em conhecimentos ou procedimentos homologados a totalidade dos saberes –, como o capital consegue exercer poder sobre essas pessoas? Para Gorz (2005), resolveu-se a questão mobilizando as pessoas de forma que elas se tornem “empresários de si”, respondendo pela rentabilidade de seu trabalho, e vendo-se a si mesmas como uma empresa, como já analisado anteriormente.

É por isso que um dos programas, o Whirpool, deixa claro o que espera de seus *trainees*:

Quais as suas expectativas de sucesso profissional? Qual a melhor forma de conduzir a sua carreira dentro de um Programa de Trainees? Como agir para aproveitar mais essa experiência? Como trazer resultados para a empresa?

- Seja criativo e atualizado, leia, nunca pare de estudar.
- Tenha iniciativa e saiba como mobilizar pessoas.
- Adquira espírito de liderança e habilidade para trabalhar em equipe. Inclua as pessoas, ouça, opine. Diversidade é a chave.

Como se vê, os universitários têm de “ajustar” as suas expectativas àquelas do mercado, conduzindo a sua carreira de forma que gerem o maior lucro possível às empresas, mas convictos que estão gerando lucros para si mesmos. Devem se formar permanentemente, adquirindo comportamentos que sejam adequados à realidade empresarial; ou seja, devem se produzir a si mesmos como empresas. Como diria Foucault (2008b), o trabalhador se torna tanto um capital (uma aptidão, uma competência), quanto uma renda (um fluxo de salários). Analisemos o excerto a seguir: “A Unilever procura por pessoas que tenham *vocação* por gerar novas ideias, comprometidos em conseguir o que se proponha, capazes de se adaptar às mudanças e com desejo de trabalhar em equipe”.

Podemos ver, nessa descrição, que o foco não está em tarefas previamente definidas. O que vale é a capacidade “motivacional” do estudante, sua entrega à geração de novas ideias, o que pressupõe que se coloque em jogo a sua inteligência, a sua criatividade, a sua imaginação.

Não é difícil perceber que o sujeito empresário de si, capaz de concorrer no jogo do mercado e participar do capitalismo cognitivo, produzindo ideias e afetos, é muito diferente daquele sujeito disciplinado do trabalho fabril. Já não um corpo dócil, obediente a regulamentos, imobilizado na rotina de um tempo coletivo, mas um cérebro flexível e conectado, capaz de agir conforme seus interesses, em permanente movimento. O empresário de si não pode ser levado a comportar-se de uma dada maneira por meio de prescrições disciplinares, o que não quer dizer que seu comportamento não deva ser produzido. São necessárias outras estratégias para conduzir as condutas do *Homo oeconomicus* contemporâneo, que já não apelam para a obediência da disciplina, mas que se orientam por táticas capazes de governar os indivíduos de modo mais sutil, apelando para o convencimento e mostrando os benefícios de ser e agir de um determinado modo. Nesse sentido, o empresário de si, que age segundo seus interesses, já não é tido como alguém que se comporte dessa maneira por sua natureza, mas por um aprendizado: “o modo de realizar as tarefas, não podendo ser formalizado, não pode tampouco ser prescrito. O que é prescrito é a subjetividade, ou seja, precisamente isso que somente o operador pode produzir ao ‘se dar’ à sua tarefa” (LAZZARATO, apud GORZ, 2005, p. 18).

A produção dos empresários de si é elemento fundamental da produção da liberdade de mercado. Produzir empresários de si significa produzir sujeitos que desejem e possam entrar no jogo da mercantilização da vida. Portanto, essa nova racionalidade exige a entrega de *toda* a pessoa: “exige a dedicação incondicional e pessoal de cada um aos objetivos da empresa e instrumentaliza toda a pessoa – suas faculdades de linguagem, sua capacidade de aprender, de prever, de analisar etc. – a serviço desse objetivo” (GORZ, 2004, p. 49). Corroborando essas colocações, o Programa Trainee Whirpool determina: “seja comprometido, interessado e participativo”.

Assim, embora a disciplina não desapareça, na governamentalidade contemporânea, aquilo que Deleuze chamou de controle passaria a ser a principal estratégia para conduzir as condutas e constituir um determinado tipo de sujeito. Junto com ele, parece-nos que seja “certo que entramos em sociedades de ‘controle’, que já não são exatamente disciplinares” (DELEUZE, 1992, p. 215). De acordo com Pelbart,

A sociedade disciplinar não conseguia penetrar inteiramente as consciências e os corpos dos indivíduos a ponto de organizá-los na totalidade de suas atividades. A relação entre poder e indivíduo era ainda estática, e além disso era compensada pela resistência do indivíduo. Na sociedade de controle, o conjunto da vida social é abraçado pelo poder e desenvolvido em sua virtualidade. A sociedade é subsumida na sua integralidade, até os centros vitais da sua estrutura social: trata-se de um controle que invade a profun-

didade das consciências e dos corpos da população, atravessando as relações sociais e as integralizando (2009, p. 82-83).

Ou seja, nas sociedades de controle, a sujeição se dá por meios quase imperceptíveis. Sua lógica se instala nas almas de modo quase indelével, e os indivíduos se tornam aquilo que são com um certo regozijo pela certeza de serem a melhor versão de si mesmos, o melhor investimento de seu próprio capital.

O GOVERNO DAS ALMAS

Com relação à transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, Deleuze (1992) oferece alguns indicativos que podem comprovar esse deslocamento. Ao fazer isso, ele não se detém em um único prisma de análise, mas considera uma série de aspectos. É preciso salientar que, diferente de Deleuze, procuraremos mostrar que um dos sintomas significativos do referido deslocamento talvez seja perceptível nas transformações em curso no meio produtivo e, por conseguinte, no mundo do trabalho, assim como nas correlatas mudanças que acompanham a educação. Assumiremos, portanto, uma postura mais interessada, pois acreditamos que essas mudanças – ou deslocamentos – dizem respeito, principalmente, às modificações que estão ocorrendo na produção, aqui entendida tanto como produção de valor econômico (bens, serviços, conhecimentos etc.) quanto como produção de subjetividades. Trata-se, portanto, da “produção da produção” (HARDT, NEGRI, 2004, p. 19).

Especificamente em relação ao trabalho, talvez seja importante fazer uma distinção: na sociedade disciplinar a produtividade dependia do confinamento, e podemos considerar que o trabalho confinado da fábrica se constituiu, durante muito tempo, como produtor de vida e constituidor das modernas sociedades disciplinares, ou como um dos berços das técnicas disciplinares. Tanto a produção (criação de objetos e de sujeitos) quanto o trabalho foram regradados e normatizados a partir do modelo disciplinar da fábrica, “que exigia um corpo treinado no detalhe” (SARAIVA, VEIGA-NETO, 2009, p. 191). Nesse modelo, que pode ser considerado um “modo de produção” – seja de bens ou de sujeitos –, ocorria uma atividade direta de transformação da matéria, de modo que uma demanda prévia de necessidades tidas como naturais fosse satisfeita pela produção. O capitalismo, assim, deveria combinar e aumentar a potência das forças de que se apropriava.

Com a passagem das sociedades disciplinares para as sociedades de controle, ocorre o enfraquecimento das instituições disciplinares, ou seja, o enfraquecimento dos meios de confinamento. Assim, “para o poder, o problema não é mais o de aprisionar o fora e disciplinar as subjetividades quaisquer (depois de tê-las apartado do virtual e da criação)” (LAZZARATO, 2006, p. 72). Não estando mais restritas aos meios de confinamento, tanto o fora quanto a sua potência de invenção e de proliferação da diferença não

podem mais ser mediadas e disciplinadas em espaço fechado – nos cercados sociais ou institucionais. Trata-se, isso sim, de modulá-las em espaço aberto, fazendo com que o controle se superponha à disciplina (LAZZARATO, 2006). Alguns exemplos desse controle podem ser constatados na apresentação do Programa Trainee Unilever: “O ‘acompanhamento contínuo’ é outra característica marcante do Programa Trainees Unilever. Por meio do Programa, o *trainee* terá visibilidade, facilitando o acesso às pessoas-chaves, o que auxilia no desenvolvimento da carreira”.

O excerto, ao referir-se a acompanhamento contínuo – ou o controle contínuo substituindo o exame, como diria Deleuze (1992) – e visibilidade, é um indicativo da mudança de ênfase da disciplina para o controle, como descrito anteriormente. Lazzarato (2006, p. 113-114), utilizando-se das pesquisas de Philippe Zarifian, usa a metáfora do elástico para explicar o controle nas empresas contemporâneas:

O assalariado pode, livremente, esticar o elástico, ele não está mais preso, pode mover-se, deslocar-se ao sabor de suas iniciativas e de seu *savoir-faire*, de acordo com suas próprias faculdades decisórias e de julgamento. Mas, eis que o elástico é tensionado, uma força periódica de chamamento se exerce sobre o trabalhador, e ele tem que prestar contas [...]. A pressão dos prazos, dos resultados a atingir, substitui aquela do cronômetro das operações elementares do trabalho.

E não seria exatamente isso que o *ex-trainee*, do Ambev, ao fazer a afirmação seguinte, estaria assumindo e aceitando? “Quando acaba, você já escolheu a área e começará a trabalhar de verdade nela, com metas, possibilidade de bônus e a chance de entregar grandes resultados”.

Para Gorz (2005, p. 18), a gestão por objetivos e metas surge justamente pela impossibilidade das empresas de mensurar o desempenho individual e de prescrever meios e procedimentos para o atingimento dos resultados: “eles fixam objetivos aos assalariados; cabendo a eles desdobrar-se para cumpri-los. É o retorno ao trabalho como prestação de serviços, o retorno do *servicium, obsequium* devido à pessoa do suserano na sociedade tradicional”. E Zarifian (apud LAZZARATO, 2006, p. 114) complementa: “mas seria falso pensar que este controle só se exerce periodicamente. Na verdade, é onipresente. Permanentemente – o assalariado deve pensar – vão ficar no meu pé, me importunando noite e dia”. Mas isso não implica afirmar que os novos poderes do trabalho sejam apenas intelectuais. Como bem alertam Hardt e Negri (2006, p. 386), “essas capacidades produtivas da vida são tanto intelectuais como corpóreas”.

Se esse se torna, então, o “segredo” da produção pós-fordista, ele nos obriga a reformular e reorganizar o próprio conceito de “produção”. A empresa da sociedade de controle, ao contrário da fábrica fordista, controla, na maioria das vezes, ou o que antecede a produção – pesquisa, desenvolvimento e criação – ou o final do processo de produção, ou

seja, a venda dos produtos/serviços e a sua relação com o consumidor. “A inovação não é mais subordinada somente à racionalização do trabalho [como na fábrica taylorista], mas também aos imperativos comerciais” (LAZZARATO, NEGRI, 2001, p. 44), resultando em um processo de criação que acaba envolvendo tanto o produtor quanto o consumidor, ambos considerados “trabalhadores” do processo. E o depoimento deste *trainee*, do Whirpool, parece evidenciar justamente isso: “É muito legal trabalhar em um lugar onde você desenvolve produtos que amanhã estarão fazendo parte da sua casa, de seus amigos e familiares. Aqui você é engenheiro e consumidor, e ouvido como ambos”.

Aqui fica claro que todos os envolvidos, sejam eles os produtores ou os consumidores, produzem constantemente. Nesse sentido, podemos pensar que as rígidas fronteiras que distinguem a produção e o consumo moderno encontram-se borradas nos processos do capitalismo cognitivo. Todos e qualquer um, portanto, “trabalham” criando, inovando, mudando produtos e processos, competindo, o que pode ser verificado no excerto: “O que é inovação para você? Pessoas gostam de desafios, têm vontade de se superar, de fazer mais e melhor. Fazer de um problema um desafio, de um desafio uma ideia, de uma ideia a solução. E assim inovar”.

O trabalho imaterial “se encontra no cruzamento (é a interface) desta nova relação produção/consumo. É o trabalho imaterial que ativa e organiza a relação produção/consumo” (LAZZARATO, NEGRI, 2001, p. 45), dando forma e materializando as necessidades do consumidor, seus gostos e o seu imaginário. Sendo assim,

...a particularidade da mercadoria produzida pelo trabalho imaterial (pois o seu valor de uso consiste essencialmente no seu conteúdo informativo e cultural) está no fato de que ela não se destrói no ato do consumo, mas alarga, transforma, cria o ambiente ideológico e cultural do consumidor. Ela não reproduz a capacidade física da força de trabalho, mas transforma o seu utilizador. (LAZZARATO, NEGRI, 2001, p. 46)

O efeito maior desse processo é a constante ausência de referência ao trabalho material, que é remetido à “periferia” do processo de produção. O trabalho material se apresenta como um “momento subalterno” desse processo, mesmo que ainda saibamos que ele continua indispensável ou até mesmo permaneça dominante do ponto de vista quantitativo. Contudo, “o coração, o centro da criação de valor, é o trabalho imaterial” (GORZ, 2005, p. 18-19).

Não podendo mais aprisionar o fora, como nas sociedades disciplinares, o capitalismo das sociedades de controle exerce suas funções de controle e vigilância a partir do externo do processo produtivo, “porque o conteúdo do processo pertence sempre mais a outro modo de produção, à cooperação social do trabalho imaterial” (LAZZARATO, NEGRI, 2001, p. 31). Como

visto, essas capacidades – comunicação, relação, cooperação, criação –, que passam a assumir vital importância na constituição da nova força de trabalho, implicam a autonomia do sujeito. Sendo assim, elas não podem, como no modelo fordista, ser comandadas por coerções hierárquicas. Elas dependerão, cada vez mais, de iniciativas vindas do próprio sujeito trabalhador, que deve agir como um empresário de si mesmo. O controle “só pode exercer-se por vias indiretas: deve deslocar-se da fábrica e tomar a forma de um condicionamento que conduz o sujeito a aceitar ou a escolher ele próprio exatamente isto que se trata de impor-lhe” (GORZ, 2004, p. 53). A empresa, por sua vez, “pode apenas se apropriar do produto desta atividade, mas a atividade em si e as relações das quais ela depende permanecem ligadas à pessoa e à cooperação que singularizam” (LAZZARATO, 2006, p. 148). É bem por isso que falamos no governo das almas dos trabalhadores...

Em suma, nota-se que a produção de si se torna uma dimensão essencial ao desenvolvimento do capitalismo cognitivo. “O trabalhador não se apresenta mais apenas como o possuidor de sua força de trabalho heteroproduzida (ou seja, de capacidades predeterminadas inculcadas pelo empregador), mas *como um produto que continua, ele mesmo, a se produzir*” (GORZ, 2005, p. 19). Nesse sentido, aparecem, com muita recorrência, apelos dos próprios programas *trainees*, evidenciando a necessidade do autodesenvolvimento: “identifique sua vocação”, “garanta o desenvolvimento de sua carreira”, “estabeleça contatos”, “desenvolva visão sistêmica”, “seja comprometido”, “seja participativo” etc. Além de tudo isso, parece-nos pertinente trazer este excerto, que vem reiterar o que foi comentado:

A Unilever busca muito mais do que capacitar profissionais para os desafios técnicos. Por meio do programa (cursos, experiências, contatos, trabalhos em times, desafios etc.), a companhia deseja que cada um aumente a compreensão de si mesmo, como profissional e ser humano, conheça melhor as necessidades de desenvolvimento e saiba lidar com as escolhas e expectativas, para, a partir de então, gerenciar a carreira.

Como visto, os processos de subjetivação das sociedades de controle são bastante diferentes daqueles das sociedades disciplinares. Moldar os empresários de si contemporâneos exige tecnologias e estratégias sensivelmente distintas daquelas utilizadas para produzir os trabalhadores disciplinados da Modernidade. De acordo com Lazzarato (2006, p. 81), “as técnicas de controle voltam-se, assim, para a vida, mas em um outro sentido completamente diferente [daquele da biopolítica]”. No controle, o alvo do poder não é a vida como *bios*, como fenômenos biológicos que ocorrem na população, mas a vida no sentido bergsoniano e tardeano: a vida como memória. Essa nova tecnologia de poder – que não substitui, mas se junta à disciplina e ao biopoder para formar a sociedade de controle – irá atingir os cérebros, buscando capturar e regular as ações da mente para modular

os fluxos de desejo, de crenças, de forças. A essa modalidade de poder que adquire destaque nas sociedades de controle, Lazzarato (2006) denomina *noopoder* – do grego *nous*, a parte mais elevada da alma.

Pode-se dizer que o *noopoder*, por sua leveza e por sua ação quase invisível, tem a capacidade de se capilarizar até as últimas fimbrias da sociedade, ou seja, é capaz de penetrar os espaços mais ínfimos, tomando o tecido social por inteiro. O excerto a seguir, que apresenta a opinião de um *trainee*, seria uma mostra da ação desse poder que se impõe sobre as almas sem a vigilância do corpo. “O que leva uma empresa a ser considerada por seus funcionários um lugar ideal para trabalhar? Cada um pode ter a sua resposta, mas o consenso geral aqui é o que todos querem: o orgulho em escrever o nome na história”.

A positividade do poder que já era apontada por Foucault em relação à disciplina e ao biopoder é maximizada ao extremo com o *noopoder*. Os traços restritivos e repressores, que ainda estariam nessas outras formas de poder, desapareceriam quase por completo no *noopoder*. Entendemos que hoje essa forma de exercício do poder tornou-se a principal tecnologia utilizada na constituição dos empresários de si, nos sujeitos-microempresas. E, por tudo isso, pode-se considerar que os programas *trainees* operam em uma sociedade de controle em que agem, simultaneamente, a disciplina, o biopoder e o *noopoder*.

Assim, de acordo com aquilo que apresentamos de modo sucinto, a passagem do liberalismo para o neoliberalismo está imbricada a transformações na estrutura do capitalismo e nas tecnologias de sujeição e subjetivação. Retomando o triedro que definimos antes em relação à Modernidade, entendemos que na Contemporaneidade a articulação seja, agora, neoliberalismo-capitalismo cognitivo-sociedade de controle.

PARA FINALIZAR

A essa altura, talvez já possamos abordar alguns dos deslocamentos que estão ocorrendo na educação. Como bem sabemos, a escola moderna colocou em funcionamento mecanismos disciplinares para adestrar e moldar os indivíduos, articulando disciplinarmente os saberes e as práticas escolares e levando a lógica disciplinar “a um desenvolvimento notável, tanto em termos do eixo corporal – disciplina-corpo – quanto em termos do eixo dos saberes – disciplina-saber” (VEIGA-NETO, 2008, p. 10). Esse disciplinamento foi imprescindível ao desenvolvimento do capitalismo industrial, e a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho foi propiciada, em grande parte, pela articulação da escola com a esfera da produção.

Assim, entendemos ser possível considerar – baseados principalmente em Deleuze (1992) – que estamos vivenciando uma mudança de ênfase nos mecanismos educacionais, que deixam de ser disciplinares para se tornarem mecanismos de controle. A produção de sujeitos dóceis perde espaço para a produção de sujeitos flexíveis, mais adaptáveis às

sociedades de controle emergentes. Na medida em que a flexibilidade pressupõe a derrubada dos muros institucionais, não é mais necessário o confinamento para a produção dessas subjetividades flexíveis. Portanto, pode-se prever que tanto a educação quanto a empresa – originalmente dois meios disciplinares fechados – “desaparecerão em favor de uma terível formação permanente, de um controle contínuo se exercendo sobre o operário-aluno ou o executivo-universitário” (DELEUZE, 1992, p. 216).

Corroborando a convergência entre empresa e educação, as análises de Costa (2009, p. 181) mostram que tem ocorrido uma disseminação surpreendente de “uma nova discursividade nas searas educativas, que busca fazer dos indivíduos-microempresas verdadeiros empreendedores”. Ou seja, vem ocorrendo uma disseminação da cultura do empreendedorismo, tão cara ao novo modelo que está sendo implementado, dando ênfase aos seguintes traços: pró-atividade, inovação, invenção, flexibilidade, senso de oportunidade, capacidade de provocar mudanças etc. Tais elementos se encontram na mesma matriz de inteligibilidade daqueles “exigidos” pelos programas *trainees* corporativos, mostrando a estreita conexão entre os domínios da educação e o mercado produtivo.

Costa (2009, p. 182) lembra, no entanto, que a cultura do empreendedorismo não está desvinculada da crescente atenção e valorização que se vem dando à questão das “competências”: “na formação do professor, nos processos de aprendizagem dos alunos (*aprender a aprender*), na montagem dos programas curriculares, nas formas de avaliação e na educação, tomada num sentido amplo”. Sendo assim, as políticas educacionais assumem uma função estratégica de investimento nessa nova modalidade de gestão empresarial, visto que “não só funcionam como fatores que garantiriam o aumento de produtividade, mas também acréscimos marginais superiores de capacidade produtiva, o que permitiria maiores ganhos para empresas e, também, para os trabalhadores” (CATANI, apud COSTA, 2009, p. 177).

Parece possível, portanto, mostrar que os programas *trainees* corporativos operam como uma determinada forma de governo neoliberal de sujeitos trabalhadores, os executivos-universitários que exercerão cargos de liderança dentro das organizações, e serão os responsáveis por disseminar a “cultura empresarial” e a doutrina da empresa, tornando-os fiéis colaboradores das organizações empresariais. O efeito maior disso tudo talvez seja o de que muitos jovens universitários seduzidos busquem “novos estágios e formação permanente; cabe a eles descobrir a que estão sendo levados a servir, assim como seus antecessores descobriram, não sem dor, a finalidade das disciplinas” (DELEUZE, 1992, p. 226).

REFERÊNCIAS

CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: GALVÃO, Alexander; SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Org.). *Capitalismo cognitivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 15-32.

- COSTA, Sylvio de Souza Gadelha. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 171-186, maio/ago. 2009.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Trinta e Quatro, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- . *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- . *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GORZ, André. *Imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- . *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. São Paulo: Record, 2006.
- . *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- . *O Trabalho de Dioniso: para a crítica ao Estado pós-moderno*. Juiz de Fora: UFJF, 2004.
- LAZZARATO, Maurizio. *As Revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo Javier. *O Ethos dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo*. 2004. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 2004.
- PELBART, Peter. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2009.
- SARAIVA, Karla; VEIGA-NETO, Alfredo. Modernidade líquida, capitalismo cognitivo e educação contemporânea. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 187-201, maio/ago. 2009.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Crise da modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, 14., abr. 2008. Porto Alegre, *Anais...* Porto Alegre, 2008.

JAIRO ANTÔNIO DA CRUZ

Aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Luterana do Brasil – Canoas/RS
jac.cruz@terra.com.br

KARLA SARAIVA

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade Luterana do Brasil – Canoas/RS
karlasaraiva@via-rs.net